

ANO II - EDIÇÃO Nº 350 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 23 de agosto de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 596/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Nº	Objeto do Contrato
Roberta Barbosa da Silva Matrícula nº 68507	Edinaldo da Silva de Oliveira Matrícula nº 119013	045/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS – CAPAS PARA PROCESSO, PROTETOR DE CAPA E ELÁSTICO PARA PROCESSO, conforme descrito no Anexo II – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial nº 021/2017, Processo administrativo nº 2017.0701.00256, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 597/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Nº ATA SRP	Objeto da ATA
Roberta Barbosa da Silva Matrícula nº 68507	Edinaldo da Silva de Oliveira Matrícula nº 119013	046/2017	A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 023/2017, Processo Licitatório nº 2017.0701.00246

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: CRISTINA SEUSER.

DESPACHO Nº 415/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça CRISTINA SEUSER, para conceder-lhe 10 (dez) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27 de outubro de 2017, em compensação aos dias 26 e 27/03/2016; 03 e 04/09/2016; 24 e 25/09/2016; 08 e 09/10/2016 10 a 14/10/2016; 29 a 31/10/2016 e 12/12/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: CÉLEM GUIMARÃES GUERRA JÚNIOR

PROTOCOLO: 07010174687201711

DESPACHO Nº 416/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo Promotor de Justiça Substituto CÉLEM GUIMARÃES GUERRA JÚNIOR, itinerário Goiatins/ Filadélfia/Goiatins, no período de 14 a 15 de agosto de 2017, para participar audiências, manifestar em processos e realizar atendimento ao público, conforme Memória de Cálculo nº 083/2017 e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça Substituto, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 118,66 (cento e dezoito reais e sessenta e seis centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: MUNIQUE TEIXEIRA VAZ

DESPACHO Nº 417/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pela Promotora de Justiça MUNIQUE TEIXEIRA VAZ, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2017, em compensação aos dias 29 e 30/11/2014; 21 e 22/03/2015 e 18 e 19/07/2015, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de agosto de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

DIRETORIA-GERAL**PORTARIA DG Nº 122/2017**

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 11ª Promotoria de Justiça da Capital, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010175187201781, em 21 de agosto de 2017, da lavra do Dr. Carlos Gagossian Júnior, Promotor de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Alessandra de Oliveira Carvalho, a partir do dia 21/08/2017, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, marcadas anteriormente de 14/08/2017 a 23/08/2017, assegurando o direito de usufruto dos 03 (três) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 21 de agosto de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 123/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 12ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010175271201711, em 21 de agosto de 2017, da lavra do Dra. Elaine Marciano Pires, Procuradora de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Dieny Rodrigues Teles, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 21/08/2017 a 19/09/2017, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 22 de agosto de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 123/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 12ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010175271201711, em 21 de agosto de 2017, da lavra do Dra. Elaine Marciano Pires, Procuradora de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Dieny Rodrigues Teles, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 21/08/2017 a 19/09/2017, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 22 de agosto de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

AUTOS Nº:	2017.0701.00390
PARECER Nº:	152/2017
ASSUNTO:	Licença para tratar de interesse particular
INTERESSADA:	Fabiollah Celian Pessoa da Nóbrega

DECISÃO Nº. 091/2017 – À vista do que consta na Informação nº 054/2017, do Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento (fl. 03), no Parecer nº 152/2017, da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, de 22 de agosto de 2017 (fls. 10/12) e na Manifestação do Procurador de Justiça, Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, chefe imediato da servidora (fl. 07), em conformidade com o artigo 103, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 e suas alterações, e por força do artigo 2º, inciso I, alínea “h”, c/c parágrafo único, ambos do Ato nº 033, de 03 de abril de 2017, DEFIRO o pedido formulado pela servidora Fabiollah Celian Pessoa da Nóbrega, Analista Ministerial Especializada, Ciências Jurídicas, Matrícula nº 27.600, concedendo-lhe autorização para usufruir licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 04 (quatro) meses, sem remuneração, retroativamente a partir de 15/08/2017.

Palmas, 22 de agosto de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**EDITAL Nº 022/2017****COMUNICAÇÃO DE INSPEÇÃO**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JOÃO RODRIGUES FILHO, comunica à comunidade de Palmas que, às 9h do dia 20 de novembro, será instalada INSPEÇÃO na sede das Promotorias de Justiça, trabalhos que se estenderão até o dia 1º de dezembro, ocasião em que serão recebidas informações, reclamações ou elogios acerca da conduta e atuação funcional dos membros, servindo o presente para convocar os Promotores de Justiça ANDRÉ RAMOS VARANDA, LUCÍDIO BANDEIRA DOURADO, FÁBIO VASCONCELLOS LANG, ALZEMIRO WILSON PERES FREITAS, DELVEAUX VIEIRA PRUDENTE JÚNIOR, MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY, WERUSKA REZENDE FUSO PRUDENTE, EDSON AZAMBUJA, CARLOS GAGOSSIAN JÚNIOR, RUTH ARAÚJO VIANA, MARIA CRISTINA DA COSTA VILELA, GILSON ARRAIS DE MIRANDA, BEATRIZ REGINA LIMA DE MELLO, CANTIONILTON PEREIRA DA SILVA, CERES GONZAGA DE REZENDE CAMINHA, KONRAD CÉSAR RESENDE WIMMER, ZENAIDE APARECIDA DA SILVA, MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO, KÁTIA CHAVES GALLIETA, PEDRO GERALDO CUNHA DE AGUIAR, FLÁVIA SOUZA RODRIGUES, MARIA ROSELI DE ALMEIDA PERY, ADRIANO CÉSAR PEREIRA DAS NEVES, e MARCOS LUCIANO BIGNOTTI, a fim de que acompanhem os trabalhos.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, 22 de agosto de 2017.

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 151/2017/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 74/2017

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar supostas irregularidades na disponibilidade da Rede de Água no Loteamento Cazarotto, em Araguaína-TO;

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 07 de agosto de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 152/2017/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 73/2017

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar suposto funcionamento de farmácias e drogarias sem farmacêutico responsável técnico, em Araguaína-TO;

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 07 de agosto de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 152/2017/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 78/2017

FATO(S) EM APURAÇÃO: com a finalidade de apurar suposto funcionamento de farmácias e drogarias sem farmacêutico responsável técnico, em Araguaína-TO;

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 07 de agosto de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO ICP/481/2017

ADITAMENTO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/0480/2017
 INVESTIGANTE: Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: art. 60, VII da LC Estadual 51/08, diante do que preceitua o artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 7.347/85, o 4º da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 4º, §4º da Resolução 003/2008 do CSMP-TO

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 481/2017

FATO(S) EM APURAÇÃO: finalidade de apurar eventuais irregularidades no funcionamento da Vigilância Sanitária do Município de Nova Olinda – TO, bem como corrigir erro material da portaria anterior 480/2017, fazendo constar Inquérito Civil Público em vez de Procedimento Preparatório;

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 22 de agosto de 2017.

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**Portaria de Instauração ICP/0540/2017****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 20170001323 em Inquérito Civil Público de mesma numeração, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 2017.0001323/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei no. 8.625/93, artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85, do artigo 11 da Lei 8.429/92, artigo 61, inciso I, da Lei Complementar no. 051/08 e da Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 20170001323.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Possível ato de improbidade administrativa decorrente de contratação irregular da advogada Aline Ranielle Oliveira de Sousa pelo Município de Nova Olinda para o cargo de Assessora Jurídica I, a qual concomitantemente teria sido nomeada para o Gabinete do Deputado Federal Lázaro Botelho, com indicativo de conflito de atribuições e incompatibilidade de horários.

INVESTIGADO(S): Município de Nova Olinda-TO e Aline Ranielle Oliveira de Sousa.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 22 de agosto de 2017.

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**DEFESA DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA IC Nº.: 002/2017.

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI – 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar “denúncia” de aterramento de APP na Rua Triângulo Mineiro, St. Alaska, no município de Araguaína/TO.

INTERESSADO(S): A Coletividade.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 21 de agosto de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA IC Nº.: 004/2017.

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI – 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar supostas irregularidades ambientais e forte odor no Setor Barra da Grota, em razão do funcionamento irregular do Frigorífico Frigonortesul (Friboitins), em Araguaína-TO.

INTERESSADO(S): Associação dos Moradores do Setor Barra da Grota e Frigorífico Frigonortesul (Friboitins).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 21 de agosto de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA IC Nº.: 005/2017.

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI – 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta irregularidade e poluição sonora por festas no centro Comunitário do Bairro São João no Município de Araguaína/TO.

INTERESSADO(S): A COLETIVIDADE, DEUSDETE BISPO DE SALES.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 21 de agosto de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARRAIAS**EXTRATO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil para conhecimento da sociedade a fim de que qualquer interessado durante a sua tramitação no exercício da cidadania apresente informações, documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA nº 06/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arraias;

FUNDAMENTOS JURÍDICOS: art. 129, III e IX, da Constituição Federal, artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/1993 e artigos 61, I, e 63 da LC Estadual nº 51/2008, Lei nº 12.652/2012;

ORIGEM: Notícias de Fato consistente na Notificação nº 170791 e documentos e demais documentos protocolizadas pelo NATURATINS;

ASSUNTO: Meio Ambiente;

FATOS EM APURAÇÃO: apurar eventual violação às normas do art. 225, da Constituição Federal e da Lei nº 12.651/2012, suposta prática de dano ambiental pela eventual destruição de APP e apurar eventuais responsabilidades pelos ilícitos se demonstrados;

INVESTIGADOS: David Aires Filho, CPF nº 035.369.801-63 e Dermeval Sena Aires, CPF nº 012.762.121-00;

LOCAL E DATA DE INSTAURAÇÃO: Arraias, 22 de agosto de 2017.

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 08/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 34/2017

INVESTIGANTE: Marcelo Lima Nunes - 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008.

ORIGEM: Ex officio

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 08/2017 – 6ª PJG

ASSUNTO (CNMP): Direito administrativo e outras matérias de direito público; Serviços; Saúde; Hospitais e outras Unidades de Saúde.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar se vem ocorrendo falta de técnico em radiologia, lotado durante as 24 horas do dia, na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24hs, nesta cidade.

REPRESENTANTE: Anônimo

REPRESENTADO: Secretaria de Saúde do Município de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 21 de agosto de 2017

PRAZO PARA FINALIZAÇÃO: 21/08/2018

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI**NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO****Inquérito Civil Público nº 07/2017****EDITAL**

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, Titular da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 209, § 1.º, da Resolução nº 009/2015 (Regimento Interno), do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, NOTIFICA o Representante Anônimo, acerca da Promoção de arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 07/2017, instaurado para apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente na contratação de servidores públicos pelo Município de Aliança do Tocantins, em desconformidade com o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal. Esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução nº 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1.º, da Resolução CNMP nº 023/2007.

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS**Portaria de Instauração ICP/0537/2017**

PORTARIA Nº , de 21 de agosto de 2016, da 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAISO DO TOCANTINS

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos Administrativos (9997). A Improbidade Administrativa (10011). Concurso Público (11567).

Objeto: purar a regularidade na contratação direta, por processo seletivo simplificado, de Agentes de Saúde e Agentes de Endemias no Município de Abreulândia – TO no ano de 2017.

Representante: Denúncia anônima PROCEDIMENTO Nº 239/2017.

Representado: Município de Abreulândia/TO.

Área de atuação: Patrimônio Público.

Documento de Origem: Notícia de fato e – Ext nº 2017.000945 – 4ª PJ/PSO/TO.

Data da Conversão: 22/08/2017.

Data prevista para finalização: 22/08/2018.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

INVESTIGANTE: Marcia Mirele Stefanello Valente

FUNDAMENTOS: 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Ofício 159/2017, Conselho Tutelar Porto Nacional-TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a situação de risco das crianças MAICON ARAÚJO REIS e JOSIEL AIRES DE ARAÚJO, filhos de Cleiciane de Araújo Reis.

INVESTIGADO (S): Marizeth Fonseca de Aleluia, Sinelida (avó materna)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA

Portaria de Instauração ICP/0533/2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, nos termos da Resolução 23/2007 e da Resolução 003/2008 - CNMP;

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2017.0001261, instaurada após o recebimento de Representação formulada pela empresa Karinna de Souza Farias – ME

FATO EM APURAÇÃO: possíveis irregularidades na licitação de contratação de empresa FELIPE REFRIGERAÇÃO para realizar manutenção de ar-condicionado para a Prefeitura Municipal de Arapoema-TO.

INVESTIGADO: Poder Público Municipal

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema, data lançada no sistema.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA n.º: (certificada pelo sistema)

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: De ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: apurar a prática de ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública praticado pela equipe de policiais militares que atuava no policiamento ostensivo em Ponte Alta do Tocantins/TO no dia 16/07/2017.

INVESTIGADOS: Policiais militares atuantes no policiamento ostensivo em Ponte Alta do Tocantins na madrugada do dia 16/07/2017.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 26 de julho de 2017

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira · Denuncie · Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil